

ARQUIVO PRIVADO MAURÍLIO DE ALMEIDA E AS FONTES DOCUMENTAIS PARA O ESTUDO DA POPULAÇÃO NEGRA NA PARAÍBA

Ediana Braz da Silva¹

Fagner Ferreira Rodrigues²

Francisco Sávio da Silva³

1 INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo origina-se das observações cotidianas desenvolvidas na práxis fundamental das atividades de pesquisa no Projeto “DOCUMENTOS, MEMÓRIA E HISTÓRIA: organização do Arquivo Privado de Maurílio de Almeida, caminhos para a pesquisa da história da Paraíba – século XIX” (PROBEX-UFPB-2014), a respeito do uso dos arquivos pessoais como fontes documentais. Na perspectiva de construção do artigo, analisamos tanto os documentos produzidos por seu titular, como também documentos históricos do século XIX encontrados no acervo. Inicialmente, falaremos sobre os conceitos que norteiam a sistemática dos arquivos pessoais e a importância que representam, a metodologia e as técnicas arquivísticas utilizadas no processo de organização do arquivo enfatizado neste artigo, apresentar também os resultados parciais e, em seguida as considerações finais.

As pessoas guardam documentos que tenham alguma importância ou significado para elas; geralmente, selecionam aqueles que testemunham momentos de sua vida, de suas relações pessoais e/ou profissionais. É interessante para enfatizar esse pensamento, as palavras de Barros e Amélia (2009, p. 60) ao mencionarem que, “assim, os documentos arquivísticos se constituem em fontes de informações indispensáveis a ser interpretadas, analisadas e cotejadas. Eles são obras humanas que registram, de modo fragmentado, informações ricas e complexas sobre relações coletivas”.

Com relação a origem de um arquivo privado/pessoal, Santos (2000, p. 33), em sua tese de doutorado: “Arranjo e descrição do espólio de Godofredo Filho: estudo arquivístico e catálogo informatizado”, propõe:

¹ Graduanda em Arquivologia pela UFPB – edianinha_2010@hotmail.com

² Graduando em História pela História pela UFPB – fagner-jampapb@hotmail.com

³ Graduando em Arquivologia pela UFPB – savioczp@gmail.com

A formação de um arquivo privado se concretiza na medida em que o titular passa a agrupar documentos resultantes de conjuntos de atos, em concordância com o seu modo de vida. Ele agrupa os itens documentais, dispondo-os próximos ou distantes, segundo uma necessidade presumida ou a constância dos acontecimentos. [...] Eles representam sempre o vínculo pessoal que o titular mantém com o mundo. O sentido monumental e histórico do arquivo privado não é descoberto pelo profissional de arquivo. Ele se encontra presente no próprio ato intencional de acumular documentos. O arquivo passa a representar uma espécie de pirâmide. Guarda a memória do titular e a de seu tempo para as gerações futuras, podendo contar muito mais do que se imagina.

Num sentido mais amplo, Santos (2000, p. 33) continua o raciocínio informando que o movimento do titular é dominado por uma subjetividade que recorta, costura e prolonga percepções momentâneas. Sua lógica emerge da região histórico-afetiva em que os mundos íntimo e público se misturam.

Para Pierre Nora (1993 p. 7), buscar informações sobre si é uma necessidade humana:

A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo. O imperativo da história ultrapassou muito, assim o círculo dos historiadores profissionais. Não são somente os antigos marginalizados da história oficial que são obcecados pela necessidade de recuperar seu passado enterrado. Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não apesar das etnias e das minorias sócias, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição de encontrar suas origens.

O italiano Casanova, em 1928, (apud Schellenberg, 1974, p. 37) considera o arquivo como sendo “a acumulação ordenada de documentos criados por uma instituição ou pessoa no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais pela referida instituição ou pessoa”. Este autor introduz a palavra “pessoa”, dando um aspecto significativo aos arquivos pessoais.

Bellotto (1991, p.166) observa que a definição de arquivo pessoal está embutida no conceito de arquivos na Lei N° 8.159/91:

A concepção de arquivos pessoais está embutida na própria definição geral de arquivos privados, quando se afirma: tratar-se de papéis produzidos e recebidos por entidades ou pessoas físicas de direito privado [...] São papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística, de estadistas, políticos, artistas, cientistas, etc. Enfim, os papéis de qualquer cidadão que apresentem algum interesse para a pesquisa histórica, trazendo dados sobre a vida cotidiana, social, religiosa, econômica, cultural dos tempos em que viveu ou sobre sua própria personalidade.

É importante citar que o Brasil dispõe hoje de um corpo de leis que regulamenta várias questões na área de arquivos. Além da Lei 8.159, de 1991, conhecida como Lei de Arquivos, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados; o Decreto nº 4.073, de 3 de Janeiro de 2002 regulamenta a Lei no 8.159; a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal e ainda a Resolução nº 17 de 25 de Julho de 2003, do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional.

Duranti (1994, p. 52) afirma que os registros documentais arquivísticos não são coletados artificialmente, mas acumulados naturalmente em função de objetivos práticos e dotados de um elemento de coesão espontânea. São ligados por um elo estabelecido no momento em que são produzidos, sem o qual não existiriam como tal.

Bellotto (2007, p. 37), considera que:

Os documentos de arquivo são os produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando esses documentos relações orgânicas entre si. Surgem, pois, por motivos funcionais administrativos e legais. Tratam, sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa. Sua apresentação pode ser manuscrita, impressa ou audiovisual; são em geral exemplares únicos e sua gama é variadíssima, assim como sua forma e suporte.

Duranti (1994, p. 50) ressalta a importância da relação entre documentos e atividades do seu produtor:

Essa capacidade dos registros documentais de capturar os fatos, suas causas e consequências, e de preservar e estender no tempo a memória e a evidência desses fatos, deriva da relação especial entre os documentos e a atividade da qual eles resultam, relação essa que é plenamente explorada no nível teórico pela diplomática e no nível prático por numerosas leis nacionais.

Os arquivos que contiverem informações fundamentais para o estudo da história e desenvolvimento de pesquisas, poderão ser classificados como de interesse público e social. Assim, a lei determina que documentos que tenham interesse social sejam preservados e colocados à disposição dos pesquisadores.

Os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente. (Schellenberg, 2002, p. 41)

Os arquivos privados contribuem para representar o conjunto de registros de uma sociedade, assim como a cultura de um povo. Esses arquivos contêm documentos que o pesquisador pode investigar, auxiliando a um melhor entendimento da história de um povo.

Os arquivos pessoais e de família, representam uma fonte de pesquisa única capaz de interagir com estruturas comunicacionais de um indivíduo e sua relação com o mundo. Os avanços de estudos teóricos e metodológicos da arquivologia sobre os arquivos pessoais, transformaram esses conjuntos documentais em preciosos repositórios informacionais para pesquisadores que, a cada dia, se debruçam sobre o estudo de documentos de personalidades do mundo da cultura, da filosofia e das artes. (Baumann, 2011, p. 24)

Os arquivos privados têm uma relevância na promoção do estudo histórico e do desenvolvimento educacional, a partir do momento do uso destes como ferramenta auxiliar ao ensino. O conhecimento da história do povo negro tem especial participação de arquivos pessoais, pois muitos dos titulares conseguiram, de alguma forma, documentos importantíssimos referentes a escravidão, a luta pela liberdade, a alforria e a cultura negra.

2 MAURÍLIO AUGUSTO DE ALMEIDA: UMA BREVE BIOGRAFIA

Maurílio Augusto de Almeida nasceu no dia 8 de junho de 1926, na cidade de Bananeiras, na Paraíba; filho de Pedro Augusto de Almeida e D. Maria Eulina Rocha de Almeida, Maurílio de Almeida começou a estudar em casa com professores particulares, em seguida, foi para João Pessoa e, posteriormente, Recife, onde ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), diplomando-se em 1950, com especialização em patologia clínica. Também fez estágios em laboratórios das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Em 1952, voltou para João Pessoa, onde desempenhou suas atividades médicas, sendo também professor catedrático e fundador da faculdade de medicina da UFPB, recebendo o título de professor emérito. Maurílio de Almeida participou de algumas sociedades medicas, entre elas: Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba, Sociedade

Brasileira de Hematologia e Hemoterapia, Sociedade Brasileira de Patologia e Patologia Clínica, Sociedade Brasileira de Bacteriologia, Sociedade Brasileira de Endocrinologia, Sociedade Inter Americana de Patologia e do Conselho Regional de Medicina.

Em 1979, a Câmara Municipal de João Pessoa, manifestando o sentimento de gratidão e estima, concedeu-lhe o título de cidadão honorário da cidade. Maurílio de Almeida não se interessou apenas pela medicina, os livros e o estudo da história sempre o seduziram. Publicou diversos livros, entre eles: “Lembrando Pedro Augusto de Almeida no seu Centenário”, “Cadeira Número Sete”, “O Barão de Araruna e sua Prole”, “Diogo Velho, em síntese” e “Presença de D. Pedro II na Paraíba”.

Em 1998, Maurílio de Almeida faleceu aos 72 anos, deixando como legado à Paraíba uma vasta biblioteca, como também milhares de documentos pessoais e históricos do século XIX e XX, documentos estes “selecionados” por Maurílio e também herdados de seu Pai, Pedro Augusto.

3 METODOLOGIAS E TÉCNICAS APLICADAS

A pesquisa realizou-se no âmbito do projeto “DOCUMENTOS, MEMÓRIA E HISTÓRIA: organização do Arquivo Privado de Maurílio de Almeida, caminhos para a pesquisa da história da Paraíba – Século XIX”, e foi desenvolvida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sendo financiado pelo Programa de Bolsa de Extensão (PROBEX).

O projeto é coordenado pelas Professoras Maria da Vitória Barbosa Lima, Solange Pereira da Rocha e Monique Guimarães Cittadino. A equipe é formada por, além das professoras já citadas, três alunos dos cursos de Arquivologia e História da própria UFPB.

Utilizou-se como campo de pesquisa o arquivo do médico e professor da UFPB, Maurílio de Almeida (1926-1998), e adotou-se como orientação metodológica, a prática da pesquisa-ação, tipo de pesquisa social que visa integrar a atividade acadêmica exercida por participantes ativos da conjuntura social com os problemas coletivos reconhecidos no objeto de estudo.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão

envolvidos de modo cooperativo e participativo. (Thiollent, 1985, p.14).

A pesquisa-ação toma por base uma intervenção na realidade social investigada com a participação interativa dos sujeitos da pesquisa, visando buscar respostas para as questões analisadas, com ênfase no problema da pesquisa (que tem natureza coletiva). O método tem esse nome exatamente por conta dessa ação interventiva, empreendida por parte dos sujeitos da pesquisa (atores da realidade social). Esse envolvimento sempre se realiza de modo cooperativo. Na implementação do método, parte-se de uma situação social na direção de um diagnóstico, elaboração de soluções e intervenções proativas para a solução das questões propostas na pesquisa.

As técnicas e metodologias utilizadas pelos arquivistas para a organização de arquivos, tomam por base os princípios teóricos da arquivística (a proveniência, a unicidade, a organicidade e a indivisibilidade). No caso do trabalho realizado no Arquivo Maurílio de Almeida, respeitou-se cada um desses princípios e, para tal, utilizou-se os seguintes procedimentos: diagnóstico, higienização e listagem da identificação tipológica.

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (1996, p. 24), diagnóstico de arquivos diz respeito a: “Análise das informações básicas (quantidade, localização, estado físico, condições de armazenamento, grau de crescimento, frequência de consulta e outros) sobre arquivos, a fim de implantar sistemas e estabelecer programas de transferência, recolhimento, microfilmagem, conservação e demais atividades”.

O diagnóstico é o primeiro passo para um programa de organização arquivística. Ele se concretiza a partir de um conjunto de informações colhidas através de pesquisas e levantamentos realizados, cujos resultados vão fundamentar todo o processo organização de um arquivo.

Quando o diagnóstico é feito em um arquivo que está a muito tempo sem um profissional arquivista e sem o seu titular, cresce ainda mais a importância desse processo, no caso do arquivo pessoal enfatizado neste estudo, que desde de 1998, ano do falecimento de Maurílio, deixou de ter um acompanhamento profissional, houve uma deterioração em alguns documentos, e mais, contribuindo para o péssimo estado de conservação e a total falta de organização do arquivo, aconteceu há alguns anos uma mudança do local de guarda desses arquivos que, com certeza, acarretou ainda mais problemas para o acervo.

Segundo Silva [et al] (2007, p. 62), o diagnóstico tem importância significativa na organização de um arquivo.

É com o diagnóstico arquivístico, que o arquivista obterá informações quantitativas e qualitativas sobre a organização e seu acervo. Estas informações, aliadas ao conhecimento teórico-prático arquivístico, possibilitarão o embasamento, a segurança e precisão na construção de programas de conservação, classificação, avaliação, recolhimento, transferência, armazenamento, acondicionamento, microfilmagem e demais atividades de competência de um arquivista.

A higienização do acervo é um dos procedimentos mais significativos no processo de conservação de arquivos, pois a sujeira é o agente de deterioração que mais afeta os documentos e, quando conjugada a condições ambientais inadequadas, provoca reações de destruição de todos os suportes no acervo.

Durante o trabalho de higienização, já tem-se uma ideia da dimensão do arquivo e da importância histórica de seus documentos. Um processo lento, até pelo estado de conservação do acervo, mas se realizado da forma correta, possibilita uma melhor condição de trabalho durante o ato de pesquisar os arquivos, principalmente àqueles referentes ao século XIX, pois muitos deles têm mais de 150 anos de existência.

Ainda referente à higienização, Cassares, (2000, p. 27) comenta que:

O processo de limpeza de acervos de bibliotecas e arquivos se restringe à limpeza de superfície e, portanto, é mecânica, feita a seco. A técnica é aplicada com o objetivo de reduzir poeira, partículas sólidas, incrustações, resíduos de excrementos de insetos ou outros depósitos de superfície. Nesse processo, não se usam solventes. A limpeza de superfície é uma etapa independente de qualquer tratamento mais intenso de conservação; é, porém, sempre a primeira etapa a ser realizada.

Depois da higienização, realizou-se a seleção e identificação, que consiste em identificar o produtor e os tipos documentais para a elaboração do arranjo documental que deverá nortear todo o processo de ordenação dos documentos existentes no arquivo.

Para Bellotto (2002, p. 21), na identificação tipológica do documento a sequência é distinta, devendo-se reconhecer e/ou estabelecer:

- 1) a sua origem/proveniência;
- 2) a sua vinculação à competência e as funções da entidade acumuladora;
- 3) a associação entre a espécie em causa e o tipo documental;
- 4) o conteúdo;
- 5) a datação;

No caso da identificação tipológica, a dimensão do acervo de Maurílio de Almeida é enorme, incluindo documentos dos séculos XIX e XX, tanto pessoais, como também os documentos de maior interesse para a pesquisa, que são aqueles oriundos do século XIX, principalmente os que continham informações sobre o povo negro.

Portanto, um arquivo pessoal exige a aplicação de procedimentos teórico-práticos específicos, que ajudarão a compreender o contexto da sua produção e do seu produtor. A recolha de dados, através de instrumentos adequados ao arquivo em estudo e de seguida, e provavelmente o mais importante, a estruturação destes dados recolhidos num esquema lógico e dependente da organicidade da informação, tendo em conta as diferentes fases da vida do produtor e as suas repercussões no arquivo, parecem ser os aspetos mais importantes a considerar no campo dos procedimentos para a sua organização. (Soares, 2014, p. 19)

4 RESULTADOS PARCIAIS

O Arquivo Maurílio de Almeida fica localizado na Rua das Trincheiras – 656, no bairro Jaguaribe, em João Pessoa, Paraíba, num segundo piso de uma casa restaurada, sendo essa dividida em três áreas: uma somente para a biblioteca, uma para os jornais e a outra para o arquivo.

É importante mencionar que o Arquivo Maurílio de Almeida já é reconhecido por pesquisadores, por conter documentos referentes a povo negro paraibano do século XIX. Galliza (1988, p. 88) num artigo intitulado “Análise das fontes para o estudo da escravidão na Paraíba”, menciona que o arquivo pessoal de Maurílio de Almeida é uma das fontes documentais existentes na cidade:

As coleções mais completas dos relatórios de presidentes de província e de chefes de polícia, leis e decretos provinciais e jornais da época estão situados nos arquivos particulares dos pesquisadores **Maurílio Almeida**, Humberto Nóbrega, Eduardo Martins, Deusdedit Leitão. Essas fontes primárias impressas são fundamentais à análise de alguns aspectos da escravidão. (Grifo nosso)

Durante a mensuração, encontrou-se um total de 8,25 metros lineares de documentos em suporte de papel, 156 discos de vinil, 198 medalhas/placas/broches e, ainda, 97 CDs.

Até o presente momento, o trabalho de organização do arquivo proporcionou a higienização de mais de 18.000 folhas de documentos; destes, 5.824 folhas de documentos avulsos, 15 livros de anotações de meia siza, 14 livros com relatórios

diversos e 61 volumes com leis e decretos, entre outros que estão em processo de identificação tipológica são oriundos do século XIX.

Durante o trabalho de higienização, já era perceptível o valor histórico dos documentos encontrados no arquivo. Apesar de muitos deles estarem em péssimo estado de conservação, verificou-se que, uma boa parte, continha informações que relacionam a população negra da Paraíba do século XIX, com denominações diversas como: crioulos, pardos, negros, mulatos, cabra, entre outros, mas todos com menção ao povo negro ainda escravizado ou já liberto.

Documentos que merecem destaque são os livros com anotações de meia sisa, onde podemos encontrar diversas informações que podem auxiliar em pesquisas, como as datas, os nomes dos compradores e vendedores, nome e idade dos escravos, cor da pele e o valor total dessas transações.

Nos relatórios feitos pelos presidentes da província entregues à Assembleia Legislativa da época, consta, por exemplo, que havia “quotas” para libertar escravos, dinheiro esse vindo de variados setores abolicionistas da época, entre eles, alguns senhores e escravos já libertos que deixavam suas heranças para o pagamento de alforrias.

Nos mesmos relatórios, foi possível identificar, também, que a Santa Casa de Misericórdia, um estabelecimento de caridade da época, recebia doações para que funcionasse e atendesse os doentes sem condições financeiras e, muitas dessas doações, constam como provenientes de escravos.

Ainda foi encontrado em relatórios do ano de 1881, anotações referentes a uma lei que dava liberdade as crianças, filhos de escravos de até três anos de idade, e que não estava sendo executada, pois o presidente da província entendia que tais crianças necessitavam de sustento após libertadas, mas que não foram repassados valores para que a província pudesse garantir tais condições de “felicidade alforria” e, por isso, deixou de executar a lei no ano de 1881.

Ainda foram localizadas coletâneas de atas, projetos e resoluções da Assembleia Provincial, ofícios, manuscritos relacionados ao Tesouro Provincial da Paraíba, falas, exposições e correspondências oficiais entre presidentes de províncias. Fazendo o recorte étnico nesses documentos, destaca-se, com relevância para o estudo da população negra, alguns manuscritos referentes à Junta de Classificação dos Escravos do Município de Catolé do Rocha, recibos de compra e venda de escravos, recenseamento da população, relatórios relacionados à saúde e segurança públicas.

As próximas etapas do projeto será a elaboração do quadro de arranjo, acondicionamento e notação, elaboração de instrumentos de pesquisa, disponibilização desses instrumentos na internet e ainda digitalização do acervo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a maior parte dos arquivistas e historiadores já tenham se deparado com documentos históricos relacionados ao povo negro, principalmente com referência a escravidão, boa parte não tem o conhecimento da forma como se dá o restauro/preservação desses documentos, quando encontrados desorganizados. A organização dessa documentação, não tendo conhecimento a respeito da história da Paraíba do século XIX, pode trazer uma descontextualização que culminará em perda de informação. Nem sempre os documentos possuem identificação que indique origem, por isso, a parceria do arquivista com o historiador é de suma importância para a leitura e interpretação desses documentos, principalmente com a relação a grafia de época, que suscita a necessidade de uma boa noção de paleografia para serem analisados de forma correta.

É necessário a consciência coletiva de que o patrimônio contido nos arquivos é de suma importância para preservar a história e a memória do povo negro oitocentista e, sobretudo, haver espaço para pesquisas de diversos âmbitos. É um dever que a sociedade, principalmente os profissionais ligados a memória e a informação, neste caso os historiadores e arquivistas, participem mais ativamente de programas e projetos para que importantes documentos continuem disponíveis e preservados.

Os arquivos privados, em especial do Arquivo Maurílio de Almeida, constituem fontes históricas importantes, pois representam o conjunto de registros da vida em sociedade e da cultura de um povo; no nosso contexto, configura notáveis informações referentes a diversos momentos do povo negro na Paraíba do século XIX.

O fato é que, além de todas as publicações de Maurílio, de sua participação na vida acadêmica e profissional de muitos médicos que atuam ainda hoje, ele deixou algo que será perpassado para muitos, no caso, os documentos contidos em seu arquivo, que proporcionarão uma amplitude de conhecimento sobre a população Paraibana do Século XIX e XX, e também sobre o próprio Maurílio de Almeida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Dirlene Santos; AMÉLIA, Dulce. **Arquivo e memória: uma relação indissociável**. TransInformação; Campinas, V. 21, N. 1, p. 55-61, jan./abr., 2009. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/518>> Acesso: 17 out. 2014.

BAUMANN, Eneida Santana. **O arquivo da família Calmon à luz da arquivologia contemporânea**. Salvador - BA, 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. 161f.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: Editora T.A. Queiroz, 1991.

_____. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 4 ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____. **Como fazer análise diplomática e Tipológica de Documentos de Arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

_____.; CAMARGO, A. M. A. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996. 142p.

BRASIL. Conselho nacional de arquivos. **Resolução nº 17, de 25 de Julho de 2003**. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>> Acesso: 24 nov. 2014.

_____. **Decreto nº 4.073**, de 3 de Janeiro de 2002. Disponível em: <<http://www.arquivonaiconal.conarq.gov.br>> Acesso: 13 set. 2014.

_____. **Lei nº 8.159**, de 8 de Janeiro de 1991. Disponível em: <<http://www.arquivonaiconal.conarq.gov.br>> Acesso: 13 nov. 2014.

CASANOVA, Eugenio. **Archivistica**. Siena, Lazzeri, 1928.

CASSARES, N. C.; MOI, C. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2000.

DURANTI, Luciana. **Registros documentais contemporâneos como provas de ação**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1976>> Acesso em: 20 out. 2014.

GALLIZA, Diana Soares de. **Análise das fontes para o estudo da escravidão na Paraíba**. In: ACERVO: REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL. V. 3 N. 1 (Jan./Jun. 1988) – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988. P. 83 - 89.

GOMES, Ângela de Castro. **Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, V. 11, N. 21, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2069/1208>> Acesso em: 16 set. 2014.

Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v. 3, n. 2, 2014.

NORA, Pierre. **Entre memória e história A problemática dos lugares.** Trad. de Yara Aun Khoury, in Projeto História, São Paulo: CEDUC, n. 10, dezembro/1993, p. 7-46.

SANTOS, Zeny Duarte de M. M. dos. **Arranjo e descrição do espólio de Godofredo Filho: estudo arquivístico e catálogo informatizado.** Salvador, BA, 2000. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. 391f.

SILVA, Welder Antônio; MARINHO, Suzana; SANTOS, Patrícia Kelly dos. **Uma abordagem sistêmica aplicada à arquivística.** Arquivística.net, Rio de Janeiro, V. 3, N. 1, p. 54-71, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000004773&dd1=e038a>> Acesso: 29 out. 2014.

SOARES, Luína Hilda Lima Alves David. **O arquivo pessoal de Joaquim Falcão Marques Ferrer: da análise bibliográfica à organização da informação.** Coimbra - PT. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra. 86p.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos Modernos. Princípios e técnicas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1974.

_____. **Arquivos modernos: princípios e técnicas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

THIOLLENT, Michel J. M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 1998.